

Cantando as raízes do Brasil: musicalização Indígena como recurso pedagógico na alfabetização

Singing the roots of Brazil: indigenous musicalization as a pedagogical resource in literacy

Cantando las raíces de Brasil: la musicalización indígena como recurso pedagógico en la alfabetización

Ana Tercia Morais da Silva¹

 <https://orcid.org/0009-0008-8897-362X>

Kelly Almeida de Oliveira²

 <https://orcid.org/0000-0002-9397-3607>

Jhonatan Wendell Tavares Ferreira³

 <https://orcid.org/0009-0006-5754-7666>

Resumo: A pesquisa qualitativa mobiliza os estudos de Gregory (1997); Kraemer (2000); Olinda (2018) e Silva (2024); seguida de estudo empírico que evidencia, no ambiente de atuação profissional da primeira autora, as contribuições das atividades musicais para o desenvolvimento de aspectos cognitivos, psicomotores, sociais e emocionais, a partir de uma narrativa autobiográfica baseada em reflexões sobre o cotidiano das crianças. Os resultados indicam avanços na aprendizagem, maior engajamento de estudantes tímidos, participação ativa e maior atenção nas aulas. Conclui-se que a musicalização indígena contribui para o desenvolvimento integral dos/as estudantes não-indígenas, o que fortalece o processo de construção do conhecimento na Educação Básica, que tem como referência a diversidade cultural e étnica da Amazônia Oriental.

Palavras-chave: Musicalização indígena. Educação Básica. Alfabetização.

Abstract: The qualitative research draws on the works of Gregory (1997); Kraemer (2000); Olinda (2018) and Silva (2024), complemented by an empirical study conducted in the professional context of the first author. The findings highlight the contributions of musical activities to the development of cognitive, psychomotor, social, and emotional aspects through an autobiographical narrative based on reflections from daily interactions with

¹ Pedagoga – Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: anaterciadecodo@gmail.com

² Doutora em Educação em Ensino de Ciências e Matemática (REAMEC/UFPA/UEA/UFMT). Mestra em Cultura e Sociedade – Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: ka.oliveira@ufma.br

³ Doutorando em Educação – Universidade de Pernambuco (UPE). Mestre em Educação – Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: john_jhonys@hotmail.com

children. Results indicate improvements in learning, increased engagement of shy students, active participation, and enhanced attention during lessons. The study concludes that indigenous musicalization contributes to the holistic development of non-indigenous students, strengthening the knowledge construction process in Basic Education by incorporating the cultural and ethnic diversity of the Eastern Amazon region.

Keywords: Indigenous musicalization. Basic Education. Literacy.

Resumen: La investigación cualitativa se fundamenta en los estudios de Gregory (1997); Kraemer (2000); Olinda (2018) y Silva (2024), complementada con un estudio empírico realizado en el contexto profesional de la primera autora. Los hallazgos destacan las contribuciones de las actividades musicales al desarrollo de aspectos cognitivos, psicomotores, sociales y emocionales, a través de una narrativa autobiográfica basada en reflexiones sobre el día a día con los estudiantes. Los resultados indican avances en el aprendizaje, mayor involucramiento de estudiantes tímidos, participación activa y mayor atención en las clases. Se concluye que la musicalización indígena contribuye al desarrollo integral de los estudiantes no indígenas, fortaleciendo el proceso de construcción del conocimiento en la Educación Básica, tomando como referencia la diversidad cultural y étnica de la Amazonía Oriental.

Palabras-clave: Musicalización indígena. Educación Básica. Alfabetización.

Que música te move?

A música faz parte da vida humana, sobretudo, em momentos históricos de grandes impactos como: guerras, acordos diplomáticos, movimentos sociais, políticos e manifestações religiosas. A linguagem musical assume diferentes valores, impactando significativamente o desenvolvimento e a aprendizagem do ser humano. A música tem desempenhado papéis específicos em diversas atividades humanas, como embalar o sono de crianças, acompanhar danças, narrar histórias, celebrar ocasiões especiais, promover produtos, oferecer entretenimento, auxiliar em processos de cura, conduzir orações e anunciar acontecimentos, entre outras funções (Gregory, 1997; Ilari; Majlis, 2002). Essas e muitas outras aplicações estão profundamente conectadas às interações entre as pessoas. Nesse sentido, Huron (1999) sugere que, no contexto do desenvolvimento humano, a música exerce um papel crucial ao criar ambientes propícios para fortalecer os relacionamentos interpessoais, inclusive os de caráter amoroso. De acordo com sua teoria, a música influencia a atração entre pessoas e contribui para a construção e o aprofundamento das relações sociais.

A música, mais do que qualquer outra forma de arte, possui um significado profundo para as pessoas, uma vez que oferece uma ampla gama de benefícios pessoais e sociais. Ela atua como uma porta de acesso direto às emoções e à afetividade, contribui para o controle de impulsos e incentiva a motivação. Além disso, a música se integra à teoria das inteligências múltiplas, pois possibilita uma articulação entre a lógica/matemática e a musicalidade, o que demonstra sua versatilidade educacional.

A musicalização, em particular, tem o potencial de estimular a memória não verbal, um aspecto das funções cerebrais que envolve o armazenamento de símbolos organizados, promovendo a retenção e a memorização de forma significativa.

Em tese, a arte musical representa a cultura em movimento. Assim, a (re)produção cultural artística, por meio da música, pode intervir na vida da população, principalmente na comunicação, na

forma de vestir-se, dentre outros aspectos. Notadamente, as pessoas manifestam preferências pela qualidade da composição, letra, intérprete e, para quem gosta de uma boa melodia, a arte musical assume uma característica de saudosismo (memórias pessoais).

Diversos estilos musicais, na atualidade, alcançam notoriedade nas redes de comunicação midiática, em que algumas músicas que possuem certo valor comercial se sobrepõem às demais. Dessa forma, há músicas globais e outras que são completamente desconhecidas do grande público. A diversidade étnica e cultural também é um fator que precisa ser considerado ao se falar de música. A difusão de estilos musicais diversos é acompanhada de mudanças significativas nos padrões comportamentais que influenciam consideravelmente o convívio social.

O termo musicalização é definido no dicionário como o ato de conferir forma musical ou melódica a algo. Trata-se de um processo que transforma elementos em música, como por exemplo, a musicalização de conceitos matemáticos no ambiente escolar ou de um poema. Além disso, a musicalização refere-se à prática de despertar o interesse pela música, seja como forma de introdução ou aprendizado inicial no universo musical (Dicionário Online de Português, 2020).

Assim, é importante entender a prática músico-educacional como um processo dinâmico e situado historicamente, em que os contextos políticos, econômicos e culturais influenciam diretamente as formas de ensino e aprendizado musical. Ao propor uma análise que considere as origens, continuidades e transformações dessa prática, Kraemer (2000) aponta para a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada que vá além da mera reprodução de conteúdos e abarque as relações entre música, cultura e sociedade no processo pedagógico.

Considerando os aspectos psicológicos envolvidos na educação musical, há a necessidade de investigar as semelhanças e diferenças observáveis tanto no comportamento quanto nas experiências individuais e coletivas dos envolvidos nesse processo. Essa análise inclui o estudo do desenvolvimento musical, que abrange desde a percepção e expressão sonora até a aquisição de habilidades e conhecimentos musicais, bem como a influência do contexto social no qual essas práticas se inserem. Dessa forma, Kraemer (2000) enfatiza como as interações sociais, as dinâmicas culturais e as vivências pessoais moldam não apenas o aprendizado musical, mas também, a forma como as pessoas se relacionam com a música ao longo de suas vidas.

Em termos educacionais, a música pode contribuir para o aprendizado e para o processo de alfabetização da criança. No entanto, no contexto escolar, o ensino de música enfrenta desafios variados, mas se revela uma ferramenta poderosa quando voltado à inclusão dos/as estudantes. No Ensino Fundamental I, a musicalização planejada e incorporada às práticas pedagógicas pode ser um recurso estratégico para facilitar o trabalho docente, promovendo o engajamento e o desenvolvimento integral das/os estudantes.

O Brasil é um país rico em diversidade cultural, resultado da convivência e integração de diferentes culturas, como as indígenas, europeias, africanas, entre outras, ao longo de sua história. Elementos como a música, a dança e as artes de modo geral estão intrinsecamente entrelaçados com esse processo de desenvolvimento social, ao influenciar a formação das pessoas desde a infância.

No entanto, historicamente, as escolas têm abordado os povos indígenas de forma limitada e ancorada no passado, frequentemente associando-os a episódios como o "descobrimento" ou invasão do Brasil, a formação da nação brasileira e o surgimento das cidades. Essa representação também é reforçada em datas comemorativas, como o "Dia dos povos Indígenas", celebrado em 19 de abril, o que perpetua uma visão estereotipada sobre o que significa ser indígena. Nos materiais didáticos, costuma-se reduzir a identidade indígena a aspectos superficiais, como suas habitações, acessórios, pinturas corporais e artefatos, negligenciando a riqueza de seus costumes, conhecimentos e a diversidade linguística dos povos originários.

No campo das artes, essa abordagem limitada não é diferente. Raramente se analisa o vasto legado artístico e cultural dos povos indígenas, fazendo com que os/as estudantes sejam privados de compreender a profundidade e a influência desses saberes na formação da identidade nacional e no desenvolvimento das artes brasileiras.

Desse modo, este texto investiga a musicalização indígena como recurso pedagógico na alfabetização de crianças não-indígenas em uma escola de Ensino Fundamental em Codó/MA, na Amazônia Oriental. A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de aprofundar reflexões e práticas pedagógicas voltadas à utilização da musicalização indígena como recurso educativo, destacando sua relevância para o processo de alfabetização e valorização das culturas originárias no contexto escolar.

A escolha dessa temática se deve à atuação profissional da primeira autora como cantora, atriz e alfabetizadora, que ao refletir sobre sua prática docente, constatou a ausência de músicas indígenas no contexto escolar em que atua. De modo a contemplar o escopo da Lei nº 10.639/03 e da Lei nº 11.645/08, que versam sobre a inclusão de temáticas relativas às culturas indígenas, originárias, tradicionais, africanas e afrodescentes no currículo escolar, fez-se necessário abordar tal temática a fim de inscrever pautas étnico-raciais e antirracistas em práticas pedagógicas inclusivas em uma turma de alfabetização.

Este é um artigo de pesquisa qualitativa que apresenta um recorte dos resultados de um estudo monográfico da primeira autora para obtenção do título de Pedagoga pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Realizada entre agosto de 2023 a outubro de 2024, sob a orientação da Professora Doutora Kelly Almeida de Oliveira.

Assim, temos como questão de pesquisa: que práticas pedagógicas podem ser desenvolvidas, considerando a musicalização indígena no processo de alfabetização de crianças não-indígenas? A partir

disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar a musicalização indígena como recurso pedagógico no processo de alfabetização de crianças não-indígenas. Para isso, pesquisam-se práticas musicais e avaliam-se os respectivos impactos no desenvolvimento infantil. Além disso, busca-se identificar os desafios e possibilidades de implementar abordagens educacionais que respeitem e valorizem as culturas indígenas. Ao fomentar práticas pedagógicas que dialoguem com a diversidade cultural, a pesquisa pretende também contribuir para uma educação inclusiva e antirracista.

O artigo está estruturado da seguinte forma: iniciamos com esta breve introdução. Em seguida, em “Sons metodológicos”, apresentamos a metodologia empregada. Na terceira seção, “Sons que contam histórias: musicalização indígena em cena”, expomos o relato de experiência por meio da narrativa autobiográfica e reflexões. Por fim, na última seção, trazemos as considerações finais.

Sons metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa pois “está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.)” (Brandão, 2001, p. 13). Entende-se que essa característica envolve a construção de dados descritivos sujeitos à interpretação nos mais diversos ambientes, com aprofundamento de um determinado fenômeno, tendo em vista sua descrição e posterior análise, tanto no momento da coleta quanto no tratamento das informações.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa teve como referências os estudos de Gregory (1997); Kraemer (2000); Olinda (2018) e Silva (2024) e outros/as, acerca da educação musical. Concomitante à etapa bibliográfica, recorreu-se à narrativa autobiográfica da primeira autora como método de pesquisa. As experiências narradas por ela correspondem as suas práticas pedagógicas desenvolvidas em uma turma de Anos Iniciais do Ensino Fundamental ao mobilizar a musicalização indígena para promover a alfabetização de crianças não-indígenas.

Essa opção deve-se ao fato de a pesquisa autobiográfica ser uma abordagem inter/transdisciplinar que busca construir uma narrativa com a intenção de intervir na realidade e na prática de quem deseja aprender sobre algo. “Pela narrativa autobiográfica podemos nos tornar sujeitos de nossa própria história (estratégia de empoderamento)” (Olinda, 2018, p. 36). Esta abordagem “[...] ancora-se no paradigma do singular-plural, uma vez que a subjetividade e a historicidade são inerentes aos processos de narração de si” (Olinda, 2018, p. 38).

Com isso, a pessoa tem autonomia e liberdade para construir seu próprio conhecimento e sua formação. O trabalho autobiográfico é desenvolvido com base na reflexão de quem narra. A partir da

narrativa de si, a pessoa busca compreender sua trajetória de vida e as relações sociais com outras pessoas, pois o “[...] depoimento oral nos coloca frente à informação e à necessidade de interpretação” (Olinda, 2018, p. 64). Assim, a pesquisa autobiográfica tem por objetivo compreender como as pessoas e/ou grupos atribuem sentido ao que fazem ao longo do curso da vida, em seu percurso de formação humana e no percurso da história (Passeggi, 2011).

A pesquisa autobiográfica caminha por múltiplas abordagens, temáticas e correntes teóricas, articulando-se à formulação, compreensão e acompanhamento pedagógico de situações empíricas marcantes, pois “[...] o pesquisador do narrador e outros perfis identitários com que se configura cada um/a ou de como se vê ou se sente, o que representa uma riqueza inesgotável na academia, na pesquisa e produção do conhecimento, sobretudo, para quem faz Pesquisa formação narrativa (auto)biográfica em educação” (Morais; Bragança; Prado, 2021, p. 215).

Dessa forma, os registros autobiográficos narrados pela autora representam um dos momentos de sua formação inicial para docência, por meio da musicalização indígena no processo de alfabetização de crianças não-indígenas em uma escola pública municipal de Codó/MA. O texto memorialístico produzido pela autora foi composto em forma de texto descritivo, cujas cenas narradas foram interpretadas com base em uma análise qualitativa.

Sons que contam histórias: musicalização indígena em cena

Durante o período da greve federal ocorrida no ano de 2024, ano decisivo para finalização do curso que me escolheu⁴ quatro anos atrás, com todas as atividades já paralisadas, e com a saúde mental deturpada, resolvi buscar ajuda profissional. Fui aconselhada a não abandonar o curso, pois para mim já não fazia mais sentido continuar seguindo um cronograma de vida apenas para cumprir tabela. Vi-me em um mar de frustrações e desilusões, meu único objetivo era ganhar liberdade para viver meu maior sonho.

Enquanto as oportunidades de trabalhar como docente eram improváveis de acontecer em minha vida, as portas pareciam se abrir constantemente para minha carreira de cantora e atriz. Logo comecei a acreditar que essas circunstâncias estavam me dando uma resposta do caminho que devia seguir. Meus pais sempre apoiaram minhas decisões, principalmente sobre a música, mas nunca concordaram com minha ideia de abandonar de vez a carreira de docente e, muito menos, com a ideia de trancar o curso de Pedagogia.

⁴ Narrativa autobiográfica da primeira autora do artigo.

Enquanto a greve estava acontecendo, eu me dediquei inteiramente à música. Esqueci completamente a vida acadêmica, não existia mais esperança em mim para exercer qualquer atividade pedagógica. Durante esse período, consegui desenvolver composições, gravações e muitas apresentações, mas ainda sentia necessidade de algo, parecia não estar muito satisfeita. Não demorou muito e uma oportunidade inesperada de emprego apareceu. Recebi uma proposta para trabalhar como docente na rede municipal da minha cidade: Codó/MA.

Ao receber a ligação de confirmação, chorei bastante de tanta emoção, tanto que parecia não caber em meu peito. Meus pais também se emocionaram comigo e vibraram muito com a notícia. Logo, as aulas na universidade retornariam, e eu precisaria ter discernimento suficiente para entender e decidir como levaria minha vida. Decidi, então, que com equilíbrio e resiliência, prosseguiria. Tudo começou a fazer sentido quando descobri que não precisava deixar minhas origens artísticas, mesmo que se tratasse de um outro contexto paralelo ao já existente em minha vida.

Todavia, questionei por que não levar um pouco disso para sala de aula? Compartilhar a música com crianças em processo de alfabetização, etapa crucial e delicada na vida de todo ser humano. Busquei compreender e ao mesmo tempo relacionar o ensino das artes não apenas ao componente curricular Arte, e sim promover a interdisciplinaridade entre ela e as demais matérias. Isso foi possível graças a alguns acontecimentos não condizentes nas aulas.

Cito aqui alguns elementos que constituíram nossas aulas: paródias que abordam o conteúdo; criação de músicas curtas com melodias e ritmos de fácil entendimento (algumas criadas por mim); leituras de história, poemas e poesias com a participação das crianças, de modo que atuamos como personagens em cada uma; brincadeiras cantadas e danças, principalmente, nas aulas de Educação Física. Destaco uma brincadeira rítmica, em especial, que me chamou bastante atenção devido ao modo que as/os estudantes reagiram a ela.

Sempre tive uma grande admiração pela cultura indígena. Desde criança, eu ficava ansiosa para a chegada do dia 19 de abril, dia em que as professoras que tive no Fundamental I falavam dos indígenas, um pouco de sua cultura, e mais adiante, em agosto, sobre as lendas folclóricas, inclusive quando assistia vídeos sobre as lendas na sala de aula, identificava-me com as personagens: Caipora, Mani e Vitória Régia. Uma série de representações povoavam meus pensamentos.

Lembro-me de gostar de ir à biblioteca da primeira escola que estudei, onde procurava livros ou textos que falassem a respeito dos povos indígenas, mas não encontrava, havia apenas histórias clássicas, gibis, revistas dos mesmos personagens que via em temas de aniversários, roupas, materiais escolares e brinquedos que compunham minha infância. Nada atual que me chamasse atenção. Então, quando tinha oportunidade de assistir a algum filme que retratava sobre esses povos, eu não perdia a

oportunidade, pois tinha muita curiosidade de entender como era ser indígena, como era viver em uma aldeia e conhecer seus costumes.

No decorrer das próximas etapas da Educação Básica, isso foi se apagando em mim, já não ouvia mais meus/minhas professores/as falando sobre o assunto, pois restringiam-se aos conhecimentos científicos. Hoje, na graduação, percebo que aquela aprendizagem se resumiu a um currículo não multicultural. Sinto atualmente a necessidade de conhecer mais sobre a cultura desses povos originários e quem sabe um dia atuar como professora de alguma aldeia indígena.

No último período da graduação, participei da disciplina “Educação para as Relações-étnicas Raciais (ERER)”. Essa disciplina trouxe contribuições significativas e muitas reflexões acerca da realidade de nossa sociedade, das lutas e dos preconceitos ainda enfrentados pelos povos africanos e indígenas, o quanto o eurocentrismo⁵ ainda está impregnado em nossas vidas, nas atitudes, nos comentários. Enxerguei as aulas como um convite para analisar meu papel como cidadã e sobre o tipo de docente que quero ser.

Em busca de uma educação antirracista, com minha turma, conheci mais sobre a relevância da educação intercultural e a introduzi aos poucos em minha rotina de aulas. Isso é algo que tem dado muito certo. Houve uma diminuição dos apelidos pejorativos e desrespeitosos, mais aceitação das características físicas, o que ampliou o respeito e a interação.

Em conversa com a professora que ministrou essa disciplina, recebi a sugestão de realizar atividades que envolvessem cantigas indígenas, enquanto eu ainda estava desenvolvendo essa ideia. Com muita atenção e paciência, ela me ajudou a aprofundar e a estruturar melhor a forma de desenvolver essa atividade, já que eu não sabia como colocá-la em prática de maneira eficiente.

Então, ao procurar, encontramos uma musicalização que as crianças amaram imediatamente. Até hoje, elas pedem bastante para a refazermos desde o início da aula. Porém, antes de tudo, eu aproveitei para falar um pouco da origem da canção. Logo, as crianças fizeram perguntas como: “Qual é o significado da canção?”; “Como seria a brincadeira?” Durante nossa roda de conversa, todas as crianças foram participativas e interessadas, e puderam ter mais conhecimento sobre a cultura indígena.

O nome da canção é “Yapo” que em tupi guarani quer dizer “barro”. O objetivo com essa música foi o de trabalhar a percussão corporal com gestos e desenvolver memória musical. Depois de aprender a letra da música e treinar várias vezes os gestos e movimentos para a memorização, a

⁵ O eurocentrismo é uma perspectiva que coloca a Europa como referência central na construção do conhecimento, da história e da cultura, desconsiderando ou subjugando outras formas de saberes e experiências sociais. Esse conceito hegemônico privilegia valores, narrativas e epistemologias europeias em detrimento das produções e contribuições de outras sociedades, especialmente as de origem africana, asiática e indígena (Porto-Gonçalves, 2005); (Lander, 2005); (Quijano, 2005).

brincadeira musical iniciou com duas batidas com as duas mãos nas coxas (*lapo*), duas batidas com as duas mãos cruzadas no peito (*ia, ia*), e três estalos com os dedos (*e, e, e, o*), repetindo duas vezes. Depois, duas batidas com as duas mãos nas coxas (*lapo*), duas batidas com as duas mãos cruzadas no peito (*ia, ia*), duas batidas com as duas mãos nas coxas (*lapo*), duas cutucadas na cabeça (*tuque, tuque*) repetindo o movimento duas vezes e estalando os dedos três vezes no final (*e, e*).

Letra da música YAPO

lapo, ia ia, e e
e o lapo, ia, ia, e e e lapo, ia,
ia lapo
e tuque, tuque lapo
e tuque, tuque, e e
(Palavra Cantada, 2015).

Assim que a música foi memorizada, realizamos também a brincadeira somente com os gestos sem cantar a música, ouvindo apenas os sons produzidos pelo corpo. A Figura 1, ilustra como ocorreu o momento em que estávamos aprendendo os gestos da canção, atividade realizada no dia 30 de agosto de 2024. A atividade de musicalização indígena realizada com a turma do 2º ano A, no período matutino, revelou-se uma prática de grande valor pedagógico, uma vez que destacou a relevância de promover o conhecimento e a valorização da cultura dos povos originários. Por meio de uma abordagem lúdica, a atividade despertou o interesse e a curiosidade das crianças, criando um espaço de interação e aprendizado significativo.

FIGURA I – Atividade desenvolvida em sala de aula



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Legenda: a) aprendendo os gestos da canção; b) aprendendo os movimentos sem uso da música; c) repetindo os movimentos; d) dançando e cantando a música; e) alfabetizando com a letra da música.

Essa experiência permitiu às crianças explorarem a diversidade cultural dos povos indígenas e compreenderem aspectos como seus costumes, tradições e formas de expressão artística. Além disso, a prática contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a importância do respeito às culturas tradicionais no contexto contemporâneo.

Durante a atividade, foi possível observar a riqueza das respostas e questionamentos por parte das/os estudantes. As crianças demonstraram não apenas interesse, mas também entusiasmo em aprender, o que evidencia a importância de práticas pedagógicas que incentivam a reflexão e a construção de novos saberes. O processo também favoreceu o fortalecimento das habilidades socioemocionais, como o respeito às diferenças e a empatia.

Por outro lado, a atividade proporcionou à docente uma oportunidade de enriquecer suas práticas pedagógicas, apoiando o potencial transformador de integrar temas culturais no currículo escolar. Assim, a musicalização indígena destacou-se como uma ferramenta poderosa para aproximar as/os estudantes de realidades muitas vezes negligenciadas no ambiente escolar, ao promover um aprendizado interdisciplinar e conectado com as questões sociais e culturais contemporâneas.

Essa atividade não apenas ampliou o repertório cultural das crianças, mas também reforçou a importância de incluir a cultura indígena no planejamento pedagógico. Ela mostrou que práticas como

essas são essenciais para formar cidadãos conscientes, críticos e respeitosos em relação à pluralidade cultural do Brasil (Silva, 2024).

Reflexões e possibilidades: contribuições da musicalização indígena para a alfabetização

As narrativas autobiográficas remetem ao que preceituam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “com os avanços tecnológicos na área da eletrônica, a fabricação de novos instrumentos e equipamentos para a produção sonora, assim como o surgimento de novas linguagens musicais e estéticas, impulsionaram a criação de diversas técnicas de composição” (Brasil, 1998, p. 80). Esses desenvolvimentos revelam que, embora as obras musicais sejam amplamente disseminadas, muitas vezes elas são apresentadas de uma forma que dificulta a identificação das pessoas com as culturas a que essas composições estão relacionadas. Isso destaca a necessidade de uma abordagem mais sensível e contextualizada na educação musical, que permita aos estudantes se conectarem de maneira mais profunda com as diversas manifestações culturais presentes nas produções sonoras contemporâneas.

Por outro lado, no âmbito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a “competência” é definida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver desafios complexos da vida cotidiana, exercer a cidadania de forma plena e atuar no mundo do trabalho (Brasil, 2018). Com base nisso, a BNCC orienta as diretrizes da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, propondo um caminho integrado para a Educação Básica. Nesse contexto, a educação musical deve ser entendida não apenas como o ensino de técnicas, mas também como um espaço para desenvolver competências que possibilitem aos estudantes compreender e se expressar nas mais diversas linguagens culturais, estimulando uma formação mais ampla e conectada com o mundo contemporâneo.

No Ensino Fundamental, os/as estudantes devem expandir seu repertório, desenvolver sua autonomia e criatividade, construindo seu aprendizado com base em suas experiências, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) delineia quatro áreas do conhecimento, e destaca no campo das linguagens e suas tecnologias, a arte e seus diferentes segmentos como componentes curriculares. Alinhada às dimensões do conhecimento artístico, que incluem Criação, Crítica, Estética, Expressão, Fruição e Reflexão (Brasil, 2018), a BNCC propõe nove competências essenciais para o ensino da arte.

Ao longo da trajetória das políticas públicas voltadas à educação musical no Brasil, é inegável a constante presença de reflexões teóricas que reconhecem a escola como um espaço privilegiado para a disseminação do conhecimento, especialmente por meio da cultura popular e das diversas

manifestações artísticas, como as artes cênicas, visuais, o teatro e, naturalmente, a música. A partir dos anos 2000, observou-se uma busca por explicações e propostas mais concretas para a inclusão da arte no currículo escolar. Esse movimento culminou com a aprovação da Lei nº 11.769/2008, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas da Educação Básica. A sanção dessa lei representou uma conquista significativa para a educação musical no Brasil, o que garantiu que a música passasse a ser parte integrante do currículo nas instituições de ensino de todo o país.

No entanto, como destaca Figueiredo (2010), a legislação ainda deixa em aberto a definição precisa da palavra "arte" no contexto da educação escolar. Para esse autor, a arte musical possui uma característica singular que a distingue das demais formas de expressão artística. A presença da educação musical nas escolas, embora reconhecida, continua sendo um desafio que se arrasta desde o período das primeiras reformas no sistema educacional brasileiro. Apesar de ser uma questão de grande relevância, a implementação eficaz dessa área ainda enfrenta obstáculos.

O que se torna evidente ao Qlongo da história das políticas públicas educacionais é a necessidade urgente de garantir que o ensino de música esteja efetivamente presente no processo de ensino e aprendizagem, incorporando-se ao cotidiano das escolas e impactando a formação integral da/os estudantes, pois:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (Krenak, 2020, p. 11).

No cenário educacional brasileiro contemporâneo, ainda prevalece uma significativa desinformação em relação aos povos originários e africanos. Essa lacuna contribui para a perpetuação de preconceitos, estereótipos e interpretações equivocadas sobre essas culturas, fundamentais para a formação da identidade nacional. Em resposta a essas questões, e como resultado das reivindicações históricas do Movimento Negro, foi sancionada, em 2003, a Lei nº 10.639 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa legislação alterou a Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para tornar obrigatória a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial das escolas da Rede de Ensino.

Posteriormente, em 2008, os Movimentos Indígenas Brasileiros, por meio de mobilizações e pressões sociais, conseguiram ampliar o alcance dessa legislação. A Lei nº 10.639 foi complementada pela Lei nº 11.645/2008, que incorporou ao currículo escolar a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, reconhecendo a importância desses saberes para a formação educacional. Essa

mudança reflete uma conquista significativa dos movimentos sociais, pois reconhece a pluralidade cultural do Brasil e promove a valorização das contribuições indígenas e africanas para a sociedade brasileira. Contudo, a implementação dessas leis ainda enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à formação de professores, à produção de materiais didáticos adequados e à superação das resistências enraizadas no sistema educacional.

Destaca-se ainda a urgência de uma abordagem educacional mais crítica e inclusiva em relação à temática indígena, sublinhando a importância de romper os ciclos de invisibilização e reprodução de estereótipos. Ao oferecer aos estudantes a oportunidade de conhecerem de forma mais profunda e respeitosa os povos indígenas, a educação se torna um instrumento de desconstrução de preconceitos e de valorização da diversidade cultural. Nesse sentido, a reflexão proposta por Rabesco (2014) nos convida a revisitar nossas próprias formações e a repensar práticas pedagógicas que contribuam para uma compreensão mais ampla, crítica e comprometida com a justiça social.

Nesse contexto, é essencial que as secretarias estaduais e municipais de educação incorporem a temática indígena em programas de estudos, formações periódicas inicial e continuada, de modo a adotar uma perspectiva que valorize a sociodiversidade historicamente presente no Brasil. Essa abordagem pode ser realizada por meio de cursos, seminários e encontros interdisciplinares voltados ao professorado e aos demais profissionais da educação, com a participação de indígenas e o suporte de especialistas reconhecidos. Além disso, destaca-se a importância de ampliar o acervo das bibliotecas escolares com obras sobre a temática indígena e de produzir materiais didáticos como vídeos, textos e outros recursos, desenvolvidos com a contribuição de pesquisadores e especialistas, para uso em sala de aula (Silva, 2012).

Portanto, é fundamental repensar e reorganizar as práticas pedagógicas, não só para assegurar o cumprimento das leis vigentes (Rabesco, 2014), mas também para abordar de maneira adequada a temática indígena com os/as estudantes. Para isso, é imprescindível a construção de um ambiente escolar democrático, que promova amplos diálogos sobre atitudes preconceituosas e discriminatórias, além de reconhecer e valorizar a rica diversidade sociocultural dos povos indígenas.

Além disso, a educação tem um papel fundamental na preservação e promoção das culturas, especialmente entre as comunidades indígenas, que enfrentam uma série de desafios para manter suas tradições. Nesse contexto, a música indígena se destaca não apenas como uma forma de expressão cultural, mas também como um recurso educativo eficaz para o letramento e a alfabetização musical. Enraizada nas práticas cotidianas e na identidade desses povos, a música oferece uma abordagem única e enriquecedora no processo de aprendizagem, uma vez que integra aspectos culturais e pedagógicos de maneira significativa (Tuxá, 2010).

Cada povo indígena possui formas únicas de comunicação e expressões culturais que refletem suas particularidades e saberes ancestrais. Essas manifestações evidenciam a riqueza e a diversidade de suas tradições, ao desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e social das crianças. No contexto educacional, o ensino da música indígena vai além da preservação cultural: ele fortalece os laços entre a cultura familiar, social e o aprendizado infantil, integrando elementos que enriquecem o processo educativo (Almeida, 2017).

Ao inserir a música indígena nas práticas de alfabetização, busca-se promover mais do que o domínio das habilidades linguísticas convencionais. Por meio das experiências musicais, cria-se uma conexão entre as crianças e suas raízes culturais, proporcionando um aprendizado significativo e alinhado a sua identidade. A música, nesse contexto, funciona como uma ponte que une tradição e educação, uma vez que permite o desenvolvimento das capacidades cognitivas em paralelo à valorização do patrimônio cultural (Grupioni, 2002).

A inserção de atividades que valorizam a cultura indígena no ambiente escolar é essencial para promover o reconhecimento da diversidade cultural do Brasil, especialmente em uma sociedade marcada por preconceitos históricos e desigualdades. Nesse contexto, a musicalização indígena se apresenta como uma ferramenta pedagógica poderosa, capaz de despertar o interesse das crianças e sensibilizá-las para a importância de cumprimento e valorização dos povos originários. Através de uma abordagem lúdica e interativa, é possível construir um espaço de aprendizagem que una tradição, cultura e educação (Fleuri, 2002).

Com o intuito de promover a alfabetização de crianças não-indígenas, realizou-se uma atividade de musicalização indígena com a turma do 2º ano A, do período matutino. Essa atividade evidenciou o impacto positivo de trabalhar temas culturais de forma prática e participativa. A utilização de cantos, instrumentos e histórias relacionadas à cultura indígena despertou a curiosidade e o envolvimento das/os estudantes. Essa vivência foi além da simples transmissão de conteúdos, por proporcionar às crianças uma experiência sensorial e emocional que contribuiu para ampliar sua compreensão sobre a riqueza e a importância dos costumes indígenas.

Um dos pontos mais significativos dessa prática foi a interação e os questionamentos trazidos pelas/os estudantes. Durante a atividade, as crianças demonstraram grande interesse em entender os significados das músicas, os contextos em que elas eram usadas e os valores culturais por trás das expressões artísticas. Esse movimento de curiosidade mostrou que as práticas pedagógicas que promovem a ludicidade e o contato com temas culturais despertam nas aulas um aprendizado mais profundo e reflexivo, que vai além do que é ensinado nos livros didáticos.

Para a docente, a experiência representou uma oportunidade de recompensar e enriquecer sua prática pedagógica. Ao explorar a musicalização indígena, foi possível perceber como atividades

que integram arte, cultura e educação podem ser ferramentas eficazes para criar uma sala de aula mais inclusiva e diversa. Além disso, a proposta reforça a importância de incluir os povos indígenas nas discussões educacionais, promovendo um aprendizado que dialoga com a história e a contemporaneidade.

Portanto, a atividade de musicalização indígena mostrou-se não apenas como um momento de aprendizagem docente e aprendizagem para as crianças, mas como um exercício de construção de cidadania. Ela contribuiu para a formação de estudantes mais sensíveis às diferenças e mais conscientes do papel que cada cultura desempenha na formação da identidade nacional. Ao incorporar temas como este ao currículo escolar, a educação cumpre sua função de formar uma sociedade crítica, respeitosa e preparada para conviver em uma sociedade plural e diversa.

Referências

ALMEIDA, E. A. **A interculturalidade no currículo da formação de professoras e professores indígenas no Programa de Educação Intercultural da UFPE/CAA - Curso de Licenciatura Intercultural**. (Tese de Doutorado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25637>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP. 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Senado Federal. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. 2ª ed. Brasília: Senado Federal. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 11.645**, de 10 de março de 2008. 2008. disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/11645.htm?msckid=0c0d30. Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. 2003. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte / Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Fundamental. 3ª ed. Brasília: A Secretaria. 1998. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

FIGUEIREDO, S. **O processo de aprovação da Lei 11.769/2008 e a obrigatoriedade da música na Educação Básica**. Anais do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de

Ensino – Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente, Belo Horizonte, Paineira. 2010.

FLEURI, R. M. **Desafios à educação intercultural no Brasil**. Intercultura: estudos emergentes. Ijuí, Rio Grande do Sul, UNIJUÍ. 2002.

GREGORY, A. H. **The roles of music in society**: The ethnomusicological perspective. US: Oxford University Press. 1997.

GRUPIONI, L. D. B. **Educação e povos indígenas**: construindo uma política nacional de educação escolar indígena. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília/DF: INEP. 2002.

HURON, D. **An instinct for music**: Is music an evolutionary adaptation? 1999. Disponível em: www.musiccog.ohiostate.edu/Music220/Bloch.lectures/2.Origins.html. Acesso em: 15 jan. 2025.

ILARI, B. S.; MAJLIS, P. **Children's songs from around the world**: An interview with Francis Corpataux. Music Education International. 2002.

KRAEMER, R. **Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical**. Trad. Jusamara Souza. Em Pauta: Revista do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmPauta/article/view/9378>. Acesso em: 11 jan. 2025.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras. 2020.

LANDER, E. **Ciências Sociais**: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

MORAIS, J. de S.; BRAGANÇA, I. F. de S.; PRADO, G. do V. T. **Conhecimentos, experiências e afetos em narrativas (auto)biográficas compartilhadas em uma pesquisa formação**. Revista Cocar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4264>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MUSICALIZAÇÃO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus. 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/musicalizacao/>. Acesso em: 01 jan. 2025.

OLINDA, E. M. B. de. **Uma santa na penumbra**: razões entrecruzadas para o isolamento da beata Maria de Araújo na História e nas práticas pedagógicas do ensino fundamental. (Tese Faculdade de Educação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2018.

PALAVRA CANTANDA. **Canção Yapo**. 2015. Disponível em: <https://youtu.be/rcBvsH7jqnc?feature=shared>. Acesso em: 01 jan. 2025.

PASSEGGI, M. de C. **A pesquisa (auto) biográfica em educação**: princípios epistemológicos, eixos e direcionamentos da investigação científica. Alteridade: o outro como problema. Fortaleza: Expressão Gráfica. 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

RABESCO, R. **O ensino de história e cultura indígena na escola: os desafios da formação e da prática educativa através da musicalização**. 2014.

SILVA, A. T. M. **A musicalização indígena como recurso pedagógico para a alfabetização nos anos iniciais: colecionando vivências e eternizando memórias na escola Maria Alice Machado em Codó/MA**. (Monografia) Universidade Federal do Maranhão, CCCO – UFMA. 2024. Disponível em:
<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/8443/1/ANA%20TERCIA%20MORAIS%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2024.

SILVA, E. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008**. Revista História Hoje. 2012.

TUXÁ, R. C. de A. **Gerenciamento da educação escolar indígena, poder público e a relação com o movimento indígena: experiência e reflexão**. Revistada FAEEBA -Educação e contemporaneidade, UNEB: Salvador/BA. 2010.

Recebido: 01/02/2025

Aceito: 22/08/2025

Received: 02/01/2025

Accepted: 08/22/2025

Recibido: 01/02/2025

Aceptado: 22/08/2025

